

A evolução do balanço financeiro das famílias durante os primeiros anos da recuperação económica

- O Inquérito Financeiro às Famílias, apesar de exigir uma análise demorada, fornece informações muito valiosas para avaliar a saúde das finanças dos agregados familiares.
- Entre 2014 e 2017, o rendimento das famílias aumentou, embora ainda tenha ficado abaixo dos níveis anteriores à crise e o rácio de dívida sobre o rendimento tenha descido para níveis parecidos aos de 2005-2008.
- A recuperação económica entre 2014 e 2017 não originou um aumento da desigualdade, tendo permitido também reduzir o grau de vulnerabilidade financeira das famílias.

Como evoluíram os rendimentos, a riqueza e a dívida das famílias espanholas nos últimos anos? Podemos responder a esta pergunta graças à recente publicação do Inquérito Financeiro às Famílias espanholas de 2017 (IFF 2017). Este inquérito – que o Banco de Espanha publica de três em três anos – é uma fonte muito valiosa de informações para compreender a situação do balanço financeiro da economia das famílias. Além disso, permite-nos também analisar com maior profundidade as famílias com menores rendimentos.

O rendimento agregado das famílias nos últimos anos

Antes de começarmos a analisar os números, vamos recordar o contexto económico de Espanha em 2017. A economia espanhola experimentou um forte episódio de recuperação económica entre 2014 e 2017. Durante este episódio, a economia cresceu com taxas de cerca de 3%, tendo sido criados quase 450.000 empregos por ano. Além disso, um conjunto de fatores temporários como a compressão das taxas de juro, o preço mais baixo do petróleo e a recuperação do crescimento dos principais parceiros comerciais de Espanha, deram um novo impulso ao avanço da atividade e fortaleceram o ambiente de confiança.

Dentro deste contexto, e tal como é possível observar no primeiro gráfico, o IFF mostra-nos que o rendimento médio bruto das famílias em 2017 começou a recuperar dos valores mínimos históricos registados em 2014¹. Da mesma forma, o rácio de dívida das famílias sobre o rendimento médio caiu acentuadamente e passou de 156% em 2014 para 109% em 2017. Por sua vez, a riqueza líquida média das famílias também caiu cerca de 6% para 115.000 euros, principalmente devido à menor percentagem de famílias que têm como propriedade a sua habitação principal², enquanto o rácio de pagamentos de dívida sobre o rendimento das famílias caiu 2,8 p. p. para 15,8%, o valor mais baixo registado desde o IFF 2005.

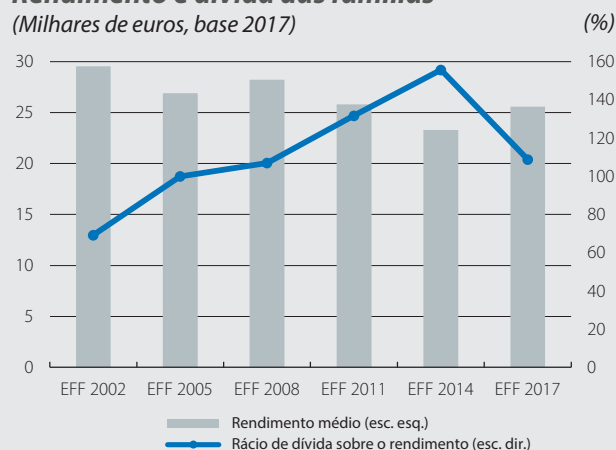
Desta forma, vemos como a recuperação no mercado de trabalho alimentou o crescimento do rendimento das famílias. Igualmente, podemos observar que entre 2014 e 2017, as famílias iniciaram um forte processo de desendividamento que, juntamente com a compressão das taxas de juro mencionada anteriormente, permitiu a diminuição do peso da dívida, medido como a percentagem do rendimento bruto destinado ao pagamento de dívida.

1. O rendimento bruto total inclui os rendimentos salariais e não salariais, antes de impostos e contribuições.

2. A percentagem de famílias que têm como propriedade a sua habitação principal passou de 80,4% em 2014 para 75,9% em 2017.

Rendimento e dívida das famílias

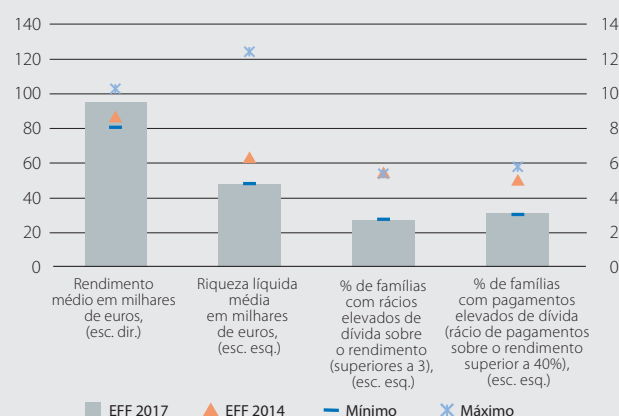
(Milhares de euros, base 2017)



Fonte: BPI Research, a partir dos dados do Inquérito Financeiro às Famílias 2017 (Banco de Espanha).

Rendimento, riqueza e dívida das famílias no percentil de rendimento inferior a 20%

(Milhares de euros e percentagens)



Fonte: BPI Research, a partir dos dados do Inquérito Financeiro às Famílias 2017 (Banco de Espanha).

Rendimento, riqueza e dívida: grupos mais desfavorecidos...

Uma grande vantagem dos dados oferecidos pelo IFF é a de permitirem decompor o balanço das famílias de acordo com o nível de rendimento. Desta maneira, podemos observar com maior detalhe de que forma a recuperação económica se repercutiu nos agregados familiares com rendimentos mais baixos. No segundo gráfico, apresentamos

os detalhes da evolução do rendimento, da riqueza e do peso da dívida entre as famílias com uma percentagem de rendimento inferior a 20%³. Para cada variável, o gráfico mostra o valor de acordo com o IFF 2017 e o IFF 2014 como também o valor mínimo e máximo obtido entre todos os IFF disponíveis (o primeiro foi publicado em 2002).

Em termos de rendimento, os dados de 2017 refletem uma evolução positiva para as famílias com rendimentos mais baixos. Assim, o rendimento médio bruto cresceu 11,7% em relação ao valor de 2014, embora ainda esteja abaixo do máximo da série histórica disponível. Em contraste, vemos como a riqueza líquida deste segmento de famílias caiu e permaneceu no seu nível mais baixo. Esta queda da riqueza líquida não se deve a um aumento da dívida, pois o valor da dívida média das famílias no segmento que estamos a analisar caiu de 25.500 euros em 2014 para 8.300 euros em 2017, mas sim à queda do valor dos ativos. Por sua vez, esta descida no valor dos ativos poderá estar relacionada com a diminuição da percentagem de famílias de baixos rendimentos que são proprietárias da sua habitação principal. Esta percentagem passou de 67,3% em 2014 para 60,6% em 2017. Os dados mostram igualmente que a situação de vulnerabilidade financeira das famílias com menos recursos diminuiu desde 2014. Assim, a percentagem de famílias com níveis elevados de dívida, que definimos como as famílias com rácios de dívida sobre o rendimento maiores de 3, caiu para metade do registo de 2014, passando de 54% para pouco mais de 27%. Convém destacar que o registo de 2017 é o nível mais baixo desde que os dados estão disponíveis (2002). Da mesma forma, a percentagem de famílias com um peso da dívida muito elevado (referimo-nos a peso da dívida elevado quando a família destina mais de 40% do seu rendimento ao pagamento de dívidas) também caiu significativamente: de pouco mais de 49% em 2014 para pouco menos de 31% em 2017.

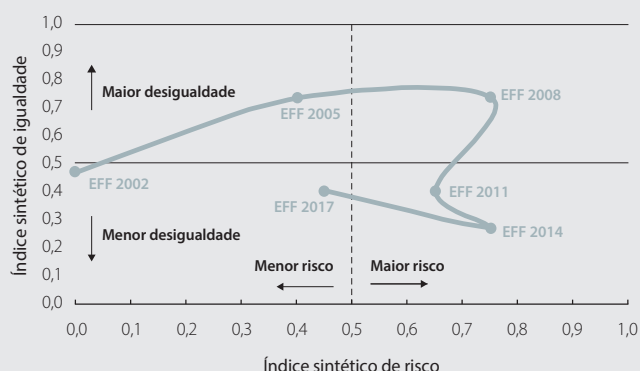
...e desigualdade

Ao fornecer informação desagregada sobre o rendimento, a riqueza, a dívida e os encargos financeiros para as famílias com mais e menos recursos, o EFF informa-nos sobre a evolução da desigualdade e da vulnerabilidade à qual as famílias estão expostas. Dado que o seguimento de um vasto conjunto de variáveis dificulta a leitura, no terceiro gráfico mostramos a evolução de um índice sintético de desigualdade e de um índice sintético de vulnerabilidade ou risco financeiro através das várias curvas do IFF⁴.

3. Ou seja, 20% das famílias com rendimentos mais baixos.

4. O índice sintético de desigualdade é calculado a partir das informações de três séries subjacentes. Os três indicadores comparam o diferencial entre as famílias no percentil 40 ou inferior de rendimentos com as famílias com um percentil 60 ou superior nas seguintes dimensões: (i) rendimento médio, (ii) riqueza média e (iii) índice Herfindahl de concentração da carteira de ativos. Este último indicador mede até que ponto as famílias com rendimentos mais elevados possuem carteiras de ativos mais diversificadas do que as famílias com menores rendimentos. Normalmente, as famílias com rendimentos mais baixos concentram quase todos os seus ativos na sua habitação principal, enquanto as famílias com maiores rendimentos, além da habitação principal, possuem outros ativos reais e financeiros. O índice de risco sintético é calculado a partir de quatro indicadores subjacentes: (i) a percentagem de famílias com algum tipo de dívida; (ii) o valor médio da dívida das famílias com algum tipo de dívida; (iii) a percentagem de famílias com um rácio de dívida sobre o rendimento do agregado familiar superior a 3 e (iv) a percentagem de famílias com um rácio de pagamentos de dívida sobre o rendimento do agregado familiar superior a 40%.

Índice sintético de desigualdade e risco (Percentil)



Nota: Os dois indicadores são medidos em percentis. Um valor de 1 indica o valor mais alto observado desse indicador entre todas as curvas do EFF, enquanto um valor de 0 indica o valor mais baixo.

Fonte: BPI Research, a partir dos dados do Inquérito Financeiro às Famílias 2017 (Banco de Espanha).

Com base na primeira publicação do IFF em 2002, observamos como os dados do inquérito mostraram um aumento na desigualdade e do risco até 2008. A partir daí, e com a chegada da recessão, vemos como o indicador de desigualdade foi caindo, como resultado da recessão que afetava todas as famílias, sendo que o colapso das cotações financeiras que a acompanharam afetou especialmente as famílias com maiores recursos, enquanto o indicador de risco permaneceu em níveis elevados devido à elevada quantidade de dívida presente no balanço financeiro das famílias. No entanto, já em 2017, é possível observar que a recuperação económica permitiu reduzir o fator de risco graças ao processo de desendividamento efetuado pelas famílias, sem aumentar de forma exponencial o grau de desigualdade na economia, que em 2017 está em níveis próximos à média de todos os períodos considerados.

O EFF 2017 e a conjuntura económica em 2020

Em jeito de conclusão, os dados do IFF 2017 mostram que os primeiros anos de recuperação económica se traduziram em melhorias no rendimento das famílias, tanto para famílias com rendimentos médios como para as famílias em percentil de rendimentos mais baixos. Além disso, durante o período entre 2014 e 2017, as famílias espanholas aproveitaram a melhoria do rendimento para diminuir o peso do seu endividamento, de modo que a situação de vulnerabilidade financeira diminuiu substancialmente. É importante destacar que um menor grau de vulnerabilidade financeira é um fator fundamental para impedir que *choques* temporários e adversos sobre a economia tenham repercussões duradouras na mesma. Desta forma, o IFF 2017 mostra-nos que a economia realizou um importante processo de recuperação que, aliado à significativa correção dos desequilíbrios macroeconómicos, a coloca numa posição de maior robustez para enfrentar e minimizar o impacto de turbulências como as da COVID-19, descritas de forma mais pormenorizada na conjuntura desta edição da *Informação Mensal*.